
Homologia da Produção: o Trabalho na Perspectiva da Comunicação¹

Júlio Arantes AZEVEDO²
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas

RESUMO

Apresentamos um conjunto de reflexões sobre a categoria Trabalho, na perspectiva das investigações em ciências da comunicação e pretendemos com isso atingir dois objetivos: a) discutir a pertinência do tema trabalho para as ciências da comunicação, a partir da racionalização do trabalho. Para contribuir com a discussão, apresentamos o conceito de **homologia da produção** como forma de compreender a indissociabilidade entre trabalho e comunicação e, nas sociedades de classes, particularmente no modo de produção capitalista, o seu desenvolvimento e complexificação; b) confrontar a noção de comunicação como fluxo de informação, explicitando seu caráter instrumentalizado nos processos produtivos e apresentar a noção de **relações de comunicação** como possibilidade compreender, de um ponto de vista materialista histórico, os processos comunicacionais no trabalho e na sociedade.³

PALAVRAS-CHAVE: relações de comunicação, homologia da produção, fluxo de informação, comunicação e trabalho

Introdução

Em nossa pesquisa de doutorado, investigamos as **relações de comunicação** em ambientes de fábricas recuperadas e/ou ocupadas, geridas pelos trabalhadores sob diferentes modelos de autogestão (uma cooperativa e uma fábrica ocupada). Buscamos verificar como se dão as relações de comunicação em uma situação onde as relações de produção já não ocorrem sob o modelo hierarquizado tradicional de empresas capitalistas, bem como de que forma a comunicação funciona no modelo autogestionado.

A observação dos processos produtivos e do funcionamento das fábricas sob controle dos trabalhadores se revelou fundamental para confrontar perspectivas teóricas e confirmar a relevância dessa categoria para os estudos em comunicação, desde o pressuposto marxiano que aponta para o seu aspecto ontológico, passando pelo seu desenvolvimento nas distintas fases do capitalismo sob a forma de reestruturação

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017.

² Professor Adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas, Doutor em Ciências da Comunicação, email: julio.arantes@ichca.ufal.br

³ Este artigo é uma versão revista do texto publicado na Revista Eptic, Vol. 17, n.1, janeiro-abril de 2015.

produtiva. Para avançar no estudo, analisamos situações em que foi possível observar o trabalho concreto em seu momento de realização e conversar com trabalhadores sobre a própria atividade de trabalho e as formas de organização do trabalho nas fábricas autogestionadas.

Nas duas fábricas pesquisadas, uma metalúrgica e uma de produção de plásticos, buscamos compreender as relações de comunicação que constituem tanto os processos produtivos (o trabalho concreto), quanto a organização do trabalho no chão de fábrica e a própria organização da fábrica como um todo. A análise se completa quando relacionamos essas experiências particulares, com seus modelos de autogestão, às condições gerais de desenvolvimento do capitalismo.

Assim, as reflexões que propomos são basicamente: a) discutir a pertinência do tema trabalho para as ciências da comunicação, a partir da racionalização do trabalho. Para contribuir com a discussão, apresentamos o conceito de **homologia da produção** como forma de compreender, na ontogênese, a indissociabilidade entre trabalho e comunicação e, nas sociedades de classes, particularmente no modo de produção capitalista, o seu desenvolvimento e complexificação; b) confrontar a noção de comunicação como fluxo de informação (seja intersetorial e interpessoal na produção, seja na sociedade como um todo) explicitando seu caráter instrumentalizado nos processos produtivos e apresentar a noção de Relações de Comunicação como possibilidade compreender, de um ponto de vista materialista histórico, os processos comunicacionais no trabalho e na sociedade.

Racionalização do trabalho e homologia da produção

Partimos da seguinte constatação: com a racionalização do trabalho iniciada com o taylorismo, as relações de comunicação são re-construídas dentro e fora do ambiente de trabalho. O primeiro aspecto diz respeito às transformações internas na organização da produção baseadas na cisão pretendida entre **concepção e execução**, resultando na ampliação das funções de chefia e controle, criação dos departamentos de planejamento, fragmentação das etapas do trabalho, substituição dos operários qualificados por operários especializados etc.; o segundo se refere às maneiras pelas quais as consequências da racionalização do trabalho extrapolam o ambiente de trabalho,

principalmente nas formas de controle da própria vida do trabalhador fora do trabalho, nos horários de folga, na comunidade e na família, no sindicato etc.

As mudanças introduzidas pela gerência científica não se limitaram a modificar o fazer do trabalho. A pretensão de Taylor em fazer do trabalhador um “gorila amestrado” não quer dizer outra coisa senão que “a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (GRAMSCI, 2007, p. 248). Os três princípios descobertos por Taylor (BRAVERMAN, 1981, op. cit), que orientam a racionalização, não teriam possibilitado a ruptura com os saberes dos operários de ofício e seriam mesmo ineficazes se não tivessem buscado incessantemente substituir esses trabalhadores por outros que pudessem ser adaptados às formas de trabalhar concebidas, organizadas e impostas pela gerência. Uma mudança fundamental teria de ser operada então no comportamento dos operários no trabalho.

Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, só comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. (GRAMSCI, 2007, p. 266)

O novo homem, no entanto, não seria produzido da mesma forma que se produzem peças numa metalúrgica e não basta que se façam ajustes de modificações do processo produtivo para que o novo ser floresça. A implantação da gerência científica foi resultado de um intenso processo de lutas com a classe operária, da qual Taylor estava plenamente consciente e adotou várias medidas para poder quebrar o poder dos sindicatos e destituir os operários do controle que eles detinham dos ritmos de trabalho. Para o êxito da gerência científica se completar foram adotadas medidas de coerção dos trabalhadores, mas também de cooptação e adesão.

Diante desses três aspectos (coerção, cooptação, controle), é notável, senão surpreendente, que por um longo tempo os estudos sobre a racionalização e o controle do trabalho, parte dos quais nos apropriamos para desenvolver nossa pesquisa, não se tenham dedicado a compreender de que maneira a introdução da gerência científica nas fábricas tenha transformado as relações de comunicação dali decorrentes. Algumas das questões são colocadas nos termos da ação político-sindical da classe, da educação para o trabalho, da gestão do conhecimento dos processos de produção, dos departamentos

de planejamento e concepção do trabalho, das ideologias etc. Poucos se referem, no entanto, ao desmoronamento das relações de comunicação tal como se davam antes da gerência científica e a sua simultânea reconstrução na nova organização do trabalho e na vida do “novo homem”, isto é, em seu aspecto constitutivo enquanto trabalho e em seu aspecto propriamente social, estendendo-se a todas as esferas da vida humana em sociedade. O avanço dos modelos de racionalização com o fordismo e, a partir dos anos 1970, com o toyotismo, trouxeram grandes mudanças não só para a vida do trabalhador na fábrica, mas se impuseram como formas dominantes de organização geral de distintas esferas da sociedade. Enquanto o primeiro segue mais de perto o taylorismo, o segundo introduz a “empresa enxuta” e a produção flexível, pela introdução do tripé filosófico-ideológico-discursivo *kayzen-kanban-just in time* (FIGARO, 2008). Trata-se, nesse último caso, do modelo ao qual se dirigem as mudanças em escala global conhecidas como reestruturação produtiva. Apesar das grandes diferenças e especificidades de cada modelo, das quais não trataremos aqui para poder seguir apenas na discussão proposta, ambos visam aos mesmos objetivos da racionalização iniciada por Taylor, o de intensificar a produtividade dos trabalhadores e desenvolver um sistema de gestão do trabalho ainda mais eficaz.

Embora breve, a discussão acima empresta um importante ponto de partida para a construção metodológica dessa pesquisa, que tem como orientação conceitual o binômio comunicação e trabalho. Estabelecer correlações e compreender a dimensão da articulação das atividades de trabalho e comunicação demanda formas de análise cientificamente válidas, que permitam estabelecer metodologias capazes de demonstrar a validade teórica daquilo que estamos defendendo. No que interessa aqui, é fundamental compreender como o desenvolvimento e implantação de modelos de racionalização do trabalho introduziram novas formas de racionalização da comunicação nos ambientes produtivos ao longo do século XX e como percebemos essas relações em experiências de fábricas controladas por trabalhadores.

O que faremos a partir de agora é apresentar o conceito de **homologia da produção**, tal como foi desenvolvido por Rossi-Landi (1983) em uma série de artigos e ensaios a partir dos anos 1960 e organizados no livro *A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação linguísticas*. A partir do conceito proposto pelo autor, poderemos então avançar até uma breve análise realizada a propósito de nossa pesquisa em fábricas recuperadas.

Um dos grandes desafios colocados à pesquisa que visa compreender as relações de comunicação no mundo do trabalho, é compreender de que forma o trabalho linguístico e o trabalho não-linguístico estão relacionados. Essa compreensão é importante para evitar tanto o idealismo de se analisar a comunicação como algo que existe independentemente de uma base material, quanto o reducionismo de pensar o trabalho independentemente das relações de comunicação que o constituem, isto é, que fazem com que seja ele próprio a unidade elementar do processo social. A posição idealista tem muitas nuances, desde a completa cisão entre o linguístico e o não-linguístico, até o estabelecimento da prioridade do primeiro sobre o segundo. Em sua crítica à Bloomfield, Rossi-Landi (idem, p. 73-74) argumenta que

Tais prioridades não existem nem neste nem noutro sentido. Discutir sobre se e como se tenham constituído antes os produtos e os instrumentos físicos enquanto extensões do braço ou os signos e as palavras enquanto extensões da mente é duplamente absurdo: isso porque ambas as coisas se desenvolveram juntamente e porque a mente, fenômeno social, é ela mesma aquela dupla extensão, formando-se graças a ela. Digamos antes que o homem, ente que faz a si próprio, animal produtor de instrumentos e palavras (de utensílios e de enunciados), fez-se e continua a fazer-se, produzindo-os e servindo-se deles. Para instituir relações de trabalho e de produção, o homem tinha que falar, comunicar, coisa que aconteceu no decorrer daquela instituição, de modo inextricável e solidário, uma vez que o homem só poderia falar e comunicar pela instituição daquelas relações. A produção dos signos é uma instituição de relações de trabalho e de produção, assim como essas relações são signos. A palavra é o objeto que pode ser usado e re-usado. (Grifos do autor)

Embora não se refira diretamente, trata-se de um debate que alcança ainda aquelas proposições habermasianas, que se ergue a partir de uma perspectiva da pragmática linguística e, ao estabelecer o conceito de ação comunicativa, o faz em detrimento do trabalho, isto é, subordinando o trabalho à linguagem. A esse respeito, Rossi-Landi (idem, p. 74) é enfático ao dizer que

O sentido em que toda indagação quanto à origem da linguagem pode ser fútil está também, então, na impossibilidade de estabelecer-se um antes e um depois entre os dois tipos de trabalho que consistem em produzir objetos físicos, aptos a melhor satisfazer necessidades como a da nutrição e da proteção, e objetos sígnicos, linguísticos e não linguísticos, aptos a melhor satisfazer a necessidade de expressar-se e de comunicar. *O processo é unitário* – deveria ser supérfluo acrescentar que ele é unitário e também e principalmente, diante da dicotomia físico-mental: tanto uma lança para se atirar sobre a presa quanto uma palavra para se dirigir a outro homem são ao mesmo tempo físicas e mentais, num sentido constitutivo. (Grifo do autor)

Isso nos leva a que uma análise rigorosa das relações de comunicação só pode ser realizada tendo em consideração a totalidade dos processos comunicativos como processos humanos de trabalho, pois “é com sua inteira organização social, que o homem comunica” (idem, p. 108). Trata-se portanto, de compreender o processo em sua totalidade e estabelecer uma metodologia que apresente dialeticamente aquelas relações abstratamente separadas por um corte epistemológico⁴. Nessa perspectiva, Rossi-Landi (idem, p. 108) explica que “é possível instituir, entre uma teoria geral da sociedade e uma semiótica geral, uma comparação tão estreita, a ponto de podermos dizer que, à parte as diferenças de formulação e de desenvolvimento, a primeira “é” a segunda”.

Uma segunda separação, objeto de debates entre semioticistas e linguistas, diz respeito ainda ao corte arbitrário e igualmente abstrato, entre o signo verbal e o signo não-verbal. Na medida em que trilhamos o caminho inverso e buscamos compreender as relações de comunicação como constitutivas de todas as esferas da atividade humana a partir da noção de trabalho, concordamos em afirmar que

[...] estudando um ou outro sistema, *estuda-se fundamentalmente a mesma coisa*. Em princípio, portanto, devem-se considerar sempre possíveis e válidas tanto a operação de aplicar considerações especificamente linguísticas, que se desenvolveram no estudo do verbal, a sistemas de comunicação não-verbais, quanto a operação oposta, que consiste em valer-se, no estudo da linguagem verbal, de considerações que se desenvolveram no estudo deste ou daquele sistema sígnico-comunicativo não-verbal. Com duas fórmulas, chamarei ambas as operações de “aplicação do verbal ao não-verbal” e “aplicação do não-verbal ao verbal”, entendendo “linguagem” em sentido próprio ou lato. Em ambos os casos, está-se no âmbito do sígnico e empregam-se instrumentos conceptuais elaborados especificamente para esse propósito. (ROSSI-LANDI, 1983, p. 112. Grifo do autor)

É essa dimensão constitutiva entre o linguístico e o não-linguístico, entre o verbal e o não verbal, que escapa àquelas posições que rejeitam a totalidade do ser social. Quando muito se fala entre sistemas de signos independentes e autônomos em seu desenvolvimento interno, que se colocariam em relação somente *a posteriori*, depois de completamente formados. Trata-se de formulações que não atendem ao estudo das relações de comunicação que se fundamentam em uma relação indissolúvel de comunicação e trabalho. Portanto, como afirma o autor,

4 Em uma referência aqui tanto ao que ficou conhecido como corte saussuriano, mas também a uma série de outros pensadores que partem do mesmo pressuposto.

Estudar, conjuntamente, aqueles dois aspectos fundamentais da atividade humana significa recusar admitir que o verbal e o não-verbal constituem dois domínios independentes. A produção e o uso de palavras de mensagens verbais sem a produção e o uso concomitantes de objetos signícos não-verbais, simplesmente *não existem*. Nós achamos que o trabalho de manipulação e de transformação com que se produzem objetos físicos apresenta durante todas as suas fases, semelhanças e analogias impressionantes com o trabalho linguístico; a razão é que os dois tipos de trabalho constituem as duas maneiras fundamentais da objetivação e da comunicação humanas. Abaixo dessas maneiras não se pode descer sem que o discurso cesse de ter o homem como seu objeto. (idem, p. 127. Grifo do autor)

A essa altura é preciso começar a discutir, em termos teórico-metodológicos, as categorias de análise que possibilitam compreender as relações de comunicação. Trataremos aqui, na sequência do desenvolvimento do pensamento de Rossi-Landi, da **homologia da produção** como uma das categorias que consideramos adequadas para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Temos observado que a adoção dessa categoria favorece a opção pela triangulação metodológica que adotamos para realizar a nossa investigação, entrecruzando perspectivas teóricas, diferentes métodos de coleta de dados e, ainda, distintas formas de análise⁵. A nossa avaliação é a de que somente pela adoção dessa perspectiva podemos compreender, analisar e descrever as relações de comunicação de uma perspectiva não-idealista, delimitando-a como objeto de investigação em ciências da comunicação.

É necessário também fazer uma breve observação sobre a noção de homologia. O termo é originalmente utilizado na biologia para descrever organismos ou sistemas que, apesar de bastante distintos em seu estágio avançado de desenvolvimento, tem uma mesma origem genética. Além disso, embora resultem em estruturas diferentes, seu desenvolvimento segue uma mesma lógica. A utilização do termo pelas ciências sociais e da linguagem se origina do estruturalismo e pode ser associada a nomes como P. Bourdieu no primeiro caso, Émile Benveniste, Julia Kristeva e Lucien Goldmann no segundo. De um conjunto de críticas ao estruturalismo que se seguiram, realizadas por diversos autores, destacamos a consideração feita por I. Mészáros (2011), que coloca em evidência os limites de uma tal proposta em se tratando das instituições sociais estabelecidas no capitalismo. O autor explica que

5 A essa altura, acreditamos já ter deixado claro que a triangulação metodológica de que tratamos é balizada pela perspectiva do materialismo histórico dialético. Não se trata aqui de reunir um conjunto de perspectivas teóricas explicitamente opostas e inconciliáveis, sob um guarda-chuva estéril que reivindica uma “multi-inter-transdisciplinaridade”, mas o faz pelo descarte das posições conflitantes.

é certo e apropriado falar de “correspondência” e “homologia” apenas em relação às *estruturas* básicas do capital, historicamente constituídas (o que, em si, implica um limite de tempo), mas não de funções metabólicas particulares de uma estrutura que corresponda às determinações e exigências estruturais diretas da outra. Tais funções podem se contrapor vigorosamente umas às outras, pois suas estruturas internas vão se ampliando durante a expansão necessária e a transformação adaptativa do sistema do capital. Paradoxalmente, a “homologia das estruturas” surge primeiro de uma *diversidade estrutural de funções* cumpridas pelos diferentes órgãos metabólicos (inclusive o Estado) na forma absolutamente única da divisão social hierárquica do trabalho desenvolvida ao longo da história. Esta diversidade estrutural de funções produz uma separação extremamente problemática entre “sociedade civil” e Estado político sobre a base comum do conjunto do sistema do capital, de que são partes constitutivas as estruturas básicas (ou órgãos metabólicos). No entanto, apesar da base comum de sua constituição independente, o relacionamento estrutural dos órgãos metabólicos do capital está cheio de contradições. Se assim não fosse, a iniciativa emancipadora socialista estaria condenada à inutilidade, pois a homologia de todas as suas estruturas e funções básicas, que sempre prevalece, e que corresponde plenamente aos imperativos materiais da ordem do controle sociometabólico do capital, produziria uma verdadeira “gaiola de ferro” para todo o sempre – inclusive durante a fase global do desenvolvimento do capital, com seus graves antagonismos nacionais e internacionais –, da qual não haveria como escapar, como queriam as projeções de pessoas como Max Weber, Hayek e Talcott Parsons. (MESZAROS, 2011, p. 117. Grifos do autor)

O que temos a dizer é que não se trata, em nossa pesquisa de estabelecer uma homologia das estruturas do capital, mas operar no nível de uma homologia da produção linguística e não linguística, com vistas à compreender as relações de comunicação constitutivas do trabalho. Nesse sentido, observamos que também Rossi-Landi se apropria do conceito de homologia para desenvolver seu trabalho, precisamente no sentido em que estamos construindo nossa argumentação. O autor efetivamente considera um equívoco estabelecer uma homologia entre estruturas absolutamente distintas. Em suas elucidativas considerações a respeito da obra de Lucien Goldmann, o autor defende que

a homologia entre a “mercadoria marxiana” e o “gênero romanesco” não tem sentido, e Goldmann nunca pensou em propô-la naqueles termos. A homologia não tem sentido porque a mercadoria é a célula do mercado e como tal pertence a outra ordem que o gênero romanesco. Seria menosprezar a inteligência de Goldmann supor que ele tenha proposto uma homologia entre objetos tão disparatados. (ROSSI-LANDI, 1983, p. 161)

O desenvolvimento que devemos fazer, portanto, é aquele propriamente da homologia da produção como categoria de análise das relações de comunicação no mundo do trabalho. Para isso, devemos partir do seu nível mais elementar, até que

possamos compreender a sua adequação à pesquisa que desenvolvemos. Retomando a concepção de que tanto a língua quanto a produção material são produtos do trabalho humano (trabalho linguístico no primeiro caso, trabalho não-linguístico no segundo), introduzimos a noção ampliada de **artefato** proposta pelo autor como forma de descrever “no sentido mais geral, de *arte e factum*, é qualquer produto de um trabalho humano, isto é, algo que não existe 'in natura', que para existir requer (requereu) a intervenção do homem” (ROSSI-LANDI, 1983, p. 176. Grifos do autor).

É precisamente enquanto produtos do trabalho humano, que artefatos materiais e artefatos linguísticos podem ser analisados numa perspectiva da homologia da produção. É válido salientar que as expressões artefato material e artefato linguístico são esquemáticas, conceituais, para possibilitar a compreensão da homologia da produção – a rigor, tanto o artefato linguístico tem uma materialidade, quanto o artefato material não é apenas material, pois tendo resultado do trabalho já é também prenhe de significado, na medida em que a sua produção se orienta a fim. Essa designação, portanto, se justifica na medida em que “a mera contraposição entre artefatos materiais e artefatos linguísticos tem o mérito de indicar a principal sub-divisão do produzir e de chamar a atenção sobre a homogeneidade de seus dois ramos” (idem, p. 181). É então a noção ampliada de artefato e a sua sub-divisão que nos leva à noção de que

Entre artefatos materiais como madeira, calçados ou automóveis, e os artefatos linguísticos como palavras, enunciados ou discursos, existe e não pode deixar de existir uma homologia profunda e constitutiva que, numa expressão braquiológica, pode ser batizada com o nome de “homologia do produzir”. Trata-se de uma homologia *interna ao ato de produzir*, geralmente entendido, e portanto presente, *entre* os dois tipos ou ramos de produção que foram aqui diferenciados. Trata-se de *homologia* e não, é claro, de *identidade*: porque, caso se tratasse de identidade, não teríamos dois termos distintos e portanto não teríamos igualmente os extremos que tornam possível falar em homologia. Mas disso não decorre de modo algum que se trate de mera *analogia*, isto é, de semelhanças levantadas apenas empiricamente, aplicando *a posteriori* um critério qualquer a situações heterogêneas e geneticamente desconexas. (ROSSI-LANDI, 1983, p. 181-182. Grifos do autor)

Em termos teóricos, a homologia da produção contribui para a noção que viemos trabalhando, aquela do estatuto ontológico da comunicação. Sua aplicabilidade em termos de coleta e análise de dados possibilita o estabelecimento de uma triangulação metodológica que consideramos bastante adequada à pesquisa que desenvolvemos junto às fábricas recuperadas. Não estamos, por outro lado, circunscrevendo as possibilidades de trabalho a partir dessa categoria tão somente ao estudo do trabalho fabril ou mesmo

tomando-a simplesmente como método deslocado de sua própria construção teórica. O próprio esquema homológico da produção proposto por Rossi-Landi é complexo o suficiente para estabelecer a homologia desde os níveis mais elementares da produção material e linguística até aquele da própria organização social em geral, assim resumido:

Esboço de um esquema homológico da produção: (i) Nível do Pré-Elaborado como Pré-significante; (ii) Nível das peças iniciais semi-trabalhadas; (iii) Nível das peças completas e separáveis; (iv) Nível dos instrumentos usáveis; (v) Nível dos agregados de instrumentos; (vi) Nível do mecanismo; (vii) Nível do mecanismo complexo e auto-suficiente; (viii) Nível do mecanismo total; (ix) Nível da produção não repetível; (x) Nível da produção global (p. 195-198)

O esquema homológico da produção é evidentemente um construto teórico, no sentido em que a decomposição de suas partes só é possível pelo exercício da abstração e sua utilização metodológica, servindo fundamentalmente para demonstrar a validade do esquema. O fato de que nem o trabalho linguístico/comunicativo e o trabalho não-linguístico não se apresentam decompostos em seus estágios iniciais (aquele do pré-elaborado, das partes que sequer ainda compõe um utensílio ou uma palavra) demanda uma análise profunda dos dois tipos de trabalho. Isso é especialmente importante em razão do estágio de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo avançado – não há nenhuma situação em que o pesquisador vá encontrar uma situação decomposta em suas partes. É preciso partir da superfície dos dados e situações observáveis até que se possa compreender e analisar a densidade do trabalho, pois

na realidade da produção, tanto material quanto linguística, o nível do qual se parte mais comumente não é o da maior simplicidade no esquema, mas sim, quando muito, conforme acenamos, aquele do enunciado ou do utensílio completo (os quais, *no esquema*, figuram num nível médio-baixo). (ROSSI-LANDI, 1983, p. 193. grifo do autor)

Mais uma vez, lembramos que essa forma de análise compõe uma perspectiva de triangulação metodológica e nosso trabalho se apropria de suas proposições. Por isso, o fundamental desse desenvolvimento está em poder afirmar que

os produtos linguísticos podem ser vistos como conjuntos de artefatos; por outro lado, os outros sistemas de artefatos, aqueles materiais, podem ser vistos como códigos não-verbais. A abordagem, conforme pode se ver, é aquela de uma semiótica global dos códigos sociais, mas é também aquela, complementar, que consiste na interpretação de todos os códigos sociais, inclusive os verbais, em termos de trabalho e de produção. (idem, p. 227)

Podemos agora apresentar uma breve análise das observações que realizamos em duas fábricas recuperadas por trabalhadores em diferentes modelos de autogestão e como elas nos levam a estabelecer uma diferenciação com a concepção de comunicação como fluxo de informação e aquele conceito que estamos propondo, o de **relações de comunicação**, que consideramos mais apropriado para nos referirmos à comunicação em seu aspecto constitutivo do trabalho.

Fluxo de informação ou relações de comunicação?

Tomemos com exemplo a produção hipotética de um novo produto numa fábrica metalúrgica. O cliente procura o departamento comercial, que aciona o diretor de fábrica para avaliar a possibilidade do parque fabril em produzir esse determinado produto. As possibilidades são avaliadas como viáveis e o projeto começa a ser desenvolvido no departamento de engenharia. Esse departamento, normalmente localizado no prédio administrativo, conta com um vários engenheiros, divididos em duas atividades mais específicas. Aqueles ligados à engenharia de materiais são responsáveis por identificar, junto aos fornecedores de matéria-prima, os materiais que atendem às especificações exigidas pelo cliente. Ao cliente, por outro lado, são oferecidas soluções dentro das possibilidades disponíveis no mercado. Já a engenharia de processos se ocupa da adequação dos produtos dos clientes à capacidade produtiva da fábrica. Para determinar a adequação da matéria-prima e a capacidade produtiva da fábrica, são realizados, às vezes, inúmeros testes, o que inclui a fabricação de peças únicas para avaliação.

Esse trabalho envolve trabalhadores de todos os setores da fábrica, mobilizando o trabalho vivo coletivo (DANTAS, 2007) para atingir o específico objetivo. O envolvimento dos setores se estende pela produção dos primeiros lotes e o processo de desenvolvimento conta com a participação ativa de operários experientes, capazes de fornecer as informações necessárias à realização do trabalho, o conhecimento prático da atividade, do qual os engenheiros não dispõem completamente.

Desde a entrada do pedido do cliente no setor comercial, todas as etapas a partir dali são cuidadosamente registradas, controladas e mapeadas. Esse controle se dá pela

necessidade de dimensionar a eficiência dos setores em atender aos clientes internos⁶. É uma ferramenta de gerenciamento de todo o conjunto a organização, necessária à obtenção de certificações de qualidade exigidas em vários segmentos do mercado (entre eles o metalúrgico). Como parte dessa ferramenta de gestão, uma matriz de interfaces das relações entre os setores é desenvolvida, com o auxílio de uma consultoria especializada em certificações de qualidade. Essa matriz estabelece o fluxograma de entradas e saídas de processos nos diferentes setores da fábrica. As dificuldades se revelam já no momento em que é necessário separar aquilo que é considerado atividade de trabalho, daquilo que é em si uma entrada ou saída de processo (que não é considerado parte da atividade, mas fluxo de informação). Essa etapa, no entanto, pode ser localizada em quaisquer empresas. A peculiaridade da organização que pesquisamos, por outro lado, está em que o acesso às informações dentro da fábrica é aberto a todos os trabalhadores cooperados, o que implica na existência de “atalhos na hierarquia”, expressão empregada por um engenheiro para se referir à maneira como alguns trabalhadores conseguem transitar pelas diferentes etapas do trabalho e pelos diferentes departamentos (incluindo as Diretorias). Os atalhos na hierarquia produziram assim um fluxo de informação não registrado, comprometendo, aos olhos da administração, as normas de qualidade exigidas pelas certificações de que a organização necessita para operar no mercado.

Observamos aí uma contradição entre a necessidade de normatização/aplicação das certificações de qualidade de gestão, mas que é atravessada pela forma organizativa do modelo cooperativado, o que garante aos trabalhadores o direito de “pegar um atalho”. Revela ainda uma determinada concepção de gestão pela comunicação, mas de um tipo específico, cristalizada nos fluxos de informação lineares entre os setores como forma de garantir a “qualidade da gestão”. O que queremos demonstrar é que o fluxo linear da comunicação não consegue ligar todos os pontos do complexo de atividades envolvidas. A comunicação constitutiva do trabalho não consta dos registros lineares de processos ou como fluxo de informação, mas se realiza como trabalho e flui nos “atalhos”. Sigamos adiante para demonstrar como isso pode ser observado nas etapas seguintes do processo produtivo.

6 A designação **cliente interno** se refere aos distintos setores da produção que participam de um mesmo processo produtivo. Essa designação é uma das marcas do discurso da produção pós-fordista, representando o modo como a organização capitalista introduz nas fábricas a nova forma de organização e gestão do trabalho, onde os trabalhadores de cada setor se relacionam uns com os outros não como trabalhadores de um processo produtivo, mas como clientes e fornecedores numa espécie de “mercado interno” da produção (no toyotismo, o *kanban* e o *just-in-time*).

Após a etapa de desenvolvimento, tem início a programação da fábrica para a produção de toda a demanda contratada. Entra em cena o trabalho do setor de Preparação e Controle da Produção (PCP). O trabalho realizado nesse setor é chave para o controle do fluxo de informação, a garantia necessária à qualidade na gestão, bem como do andamento dos trabalhos. O setor é responsável por elaborar as Ordens de Produção (OPs) e alocar todo o maquinário que será necessário para a realização de um processo produtivo. Muitos desses processos demandam distintas áreas da produção, localizadas em uma ou até mesmo nas três cooperativas, motivo pelo qual o setor é um só para toda a fábrica.

A Ordem de Produção é um verdadeiro diário de bordo de um processo produtivo. Nela constam todas as informações necessárias para que cada setor que a receba saiba que tipo de procedimento deve ser executado, bem como o histórico completo daquele processo. Informações sobre eventuais problemas nas diferentes etapas também são informadas ao PCP, que lança os dados no sistema de controle informatizado.

A intenção é que todas as etapas sejam previstas e monitoradas, mesmo que se trate de uma etapa não diretamente produtiva, como por exemplo a montagem e desmontagem de moldes nas máquinas. Há um conjunto de códigos utilizados para se referir tanto à matéria-prima, quanto aos problemas na produção, tempo de execução previsto, tipo de maquinário a ser utilizado, limites de tolerância na aferição das peças etc. Cada trabalhador, nos distintos setores, deve dominar esses códigos para a realização do trabalho.

Se há necessidade de parar a produção, ou determinada máquina, para atender às demandas de outros setores, como a engenharia, tudo deve estar registrado nos controles realizados pelo PCP. Os prazos são normalmente estabelecidos pelo PCP em conjunto com os líderes dos setores, levando em consideração todo o conjunto de demandas que chegam a cada setor. São os líderes dos setores que se responsabilizam por repassar ao PCP as informações do andamento do processo, numa operação denominada *follow up*, realizada todas as manhãs no início dos trabalhos do PCP.

O acompanhamento do trabalho, no entanto, não se limita a alimentar de informações o sistema, ou elaborar OPs para os setores produtivos. O programador está entre os trabalhadores que mais precisam estabelecer um contato direto com as equipes na produção durante todo o dia. Efetivamente, se gasta muito tempo “fora” do próprio

setor, estabelecendo relações com todo o conjunto da fábrica, para atingir o objetivo daquele trabalho de programação realizado diariamente. De certa forma, o controlador do processo compõe também aquele coletivo de trabalho, ainda que de maneira breve, ao longo do dia.

O contato com o conjunto da produção, por outro lado, possibilita não só o estabelecimento de redes internas de cooperação, como faz circular os saberes compartilhados na execução das atividades produtivas. Os operadores entrevistados demonstraram um amplo conhecimento do funcionamento da fábrica – em parte por já terem trabalhado na produção ou no setor de estoque e expedição, mas fundamentalmente uma noção do conjunto do funcionamento da produção em razão das relações de comunicação necessárias à execução da sua própria atividade de trabalho. A contradição se apresenta na medida em que somente o fluxo linear (*input-output*) é registrado como processo.

Observamos, a partir dessas experiências que o fluxo que se imagina ser linear e baseado em entradas e saídas de processos é, na verdade, um emaranhado de **relações de comunicação** indispensáveis ao trabalho, isto é, são parte mesmo da atividade de trabalho. Isso nos reforça a capacidade, disposição e possibilidade de que o trabalhador dispõe para dominar o processo produtivo por inteiro, expandindo para muito além da simples atividade repetitiva de alimentar a máquina e retirar dali o produto que segue para a próxima etapa do processo produtivo. O conhecimento adquirido do inteiro processo não seria possível sem o estabelecimento de laços de cooperação e comunicação entre os diversos espaços da fábrica. Esse tipo de situação revela um subterrâneo comunicativo, indesejável para as normatizações do trabalho cientificamente planejado, mas imprescindíveis para a realização concreta do trabalho.

Não podemos afirmar que essa preocupação é inexistente em outras fábricas, sejam elas de hierarquia patronal ou cooperativadas. Na verdade, as pesquisas desenvolvidas pelo CPCT têm demonstrado justamente o contrário, apontando para um envolvimento profundo do trabalhador com a sua atividade de trabalho e com as próprias empresas onde são empregados. A reestruturação produtiva, reorientando o conjunto da produção em escala global com base no modelo toyotista, apresenta um conjunto de prescrições de trabalho e de comunicação que visam a uma participação regulada do trabalhador na organização do trabalho (REBECHI, 2014). Regulada na medida em que essa participação deve se circunscrever nos espaços previamente

estabelecidos pela direção e deve servir fundamentalmente para elevar os níveis de produtividade, permitindo dessa forma a subsunção das competências comunicativas do trabalho ao capital.

A peculiaridade das fábricas que pesquisamos está em que o acesso às informações do funcionamento da fábrica estão ao alcance de todos os seus trabalhadores, desde os setores administrativos até os operários. A hipótese de que isso venha a causar algum tipo de conflito não está descartada, mas é necessário averiguar se é um conflito revelador de contradições na organização ou não. Antecipamos que vemos aí a possibilidade de problemas de comunicação na organização do trabalho, mas é necessária uma análise mais aprofundada dos dados obtidos para poder confirmar essa suspeita.

Além disso, precisamos considerar a possível incidência de problemas de comunicação naquelas situações em que, aparentemente, os trabalhos são realizados sem a interação com outros operários, numa situação tipicamente taylorista. Dantas (2007) chega a sugerir a adoção do termo *ergonema* como forma de se referir ao código comunicativo estabelecido entre o trabalhador e as marcas informativas tanto do maquinário quanto do produto do trabalho, numa sintaxe homem-máquina; algo que, do nosso ponto de vista, só pode ser afirmado nos termos de uma homologia e não como uma “relação de comunicação” entre a ferramenta (ou máquina) manuseada pelo operário e a superfície do metal que é trabalhada, ou ainda de que no manuseio que o operário faz da máquina ele esteja se comunicando com a ferramenta para definir qual conjunto de ações ela deva executar. Trata-se, da nossa perspectiva, de trabalho concreto e não de uma construção sintática homem-máquina, no sentido linguístico da expressão.

Para concluir, reforçamos que o conceito de **relações de comunicação** aqui apresentado tem se mostrado adequado aos estudos em ciências da comunicação do ponto de vista de uma teoria marxista da comunicação. Evidentemente, não é possível tratar aqui de todas as suas implicações em todas as esferas da sociedade, como propunha Rossi-Landi, mas acreditamos que os apontamentos trazidos contribuem para pensar a comunicação no atual cenário de reestruturação (bastante desigual em suas etapas se considerarmos o conjunto da produção global) e de crise do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Júlio A. Economia política, comunicação e trabalho: apontamentos para uma aproximação necessária. In: **XII Congresso da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación**. 2014, Anais do XII Congresso da ALAIC.

BOLAÑO, Cesar. Ciência da informação, esfera pública e a Economia Política do Conhecimento. O caso do Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo. In: **Anais do V Enancib (GT4)**. Belo Horizonte: Ancib, 2003.

BRAGA, Ruy; ANTUNES, Ricardo (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

DANTAS, Marcos. Os significados do trabalho: produção de valores como produção semiótica no capitalismo informacional. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5 n. 1, p. 9-50, 2007

FIGARO, ROSELI. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2008.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 2011.

REBECHI, Cláudia. **Prescrições de comunicação e racionalização do trabalho: os ditames de Relações Públicas com o discurso do IDORT (anos 1930-1960)**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação linguísticas**. São Paulo: DIFEL, 1983.

SANTOS, Edilma. **Estudo de Recepção em comunicação: as representações do feminino no mundo do trabalho das teleoperadoras**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.